



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2º TRIMESTRE DE 2022

Pró-Reitoria de Administração

Diretoria de Finanças e Contabilidade

Coordenação de Contabilidade e Custos



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

Equipe

Antonio da Luz Júnior
Reitor

Juliana Ferreira de Queiroz
Pró-Reitoria de Administração

João Marcelo dos Santos Silva
Diretoria de Finanças e Contabilidade

Sirlene Dias Putencio
Coordenação de Contabilidade e Custos

Equipe de elaboração

Vladimir Lisboa de Carvalho
Contador

Joel Ferreira Lopes
Técnico em Contabilidade

Sirlene Dias Putencio
Coordenação de Contabilidade e Custos

EQUIPE TÉCNICA - contadores

Anicésio Tavares dos Santos
Genival Francisco de Carvalho
Ludimilla da Silva Coelho Muniz
Maria Pedrinha Ângelo de Sousa Oliveira
Sirlene Dias Putencio
Valdenês Pacheco Barbosa
Valdinez Pereira Feitoza



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA DO IFTO.....	4
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS..	6
2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	6
3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
3.1 Balanço Patrimonial.....	9
3.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	12
3.3 Balanço Orçamentário.....	14
3.4 Balanço Financeiro.....	17
3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	18
4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP.....	20
4.1 Caixa e Equivalente de Caixa.....	20
4.2 Imobilizado.....	20
4.2.1 Bens Móveis.....	22
4.2.2 Bens Imóveis.....	23
4.3 Intangível.....	25
4.4 Obrigações Contratuais.....	25
4.5 Fornecedores e Contas a Pagar.....	27
4.6 Patrimônio Líquido.....	28
5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP.....	29
5.1 Resultado Patrimonial.....	29
5.2 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	29
5.3 Variações Patrimoniais Diminutivas.....	30
6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	33
6.1 Receitas.....	33
6.2 Despesas.....	34
6.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar.....	35
7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	37
7.1 Ingressos Financeiros.....	37



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

7.2 Dispendios.....	38
7.3 Resultado Financeiro.....	38
8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	39
9 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	42

1. ESTRUTURA DO IFTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui natureza jurídica de Autarquia Federal, sendo vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

É composto por uma unidade da administração central, a Reitoria, que está situada em Palmas, capital do Estado do Tocantins, e por 8 (oito) campi, e 3 (três) campus avançados.

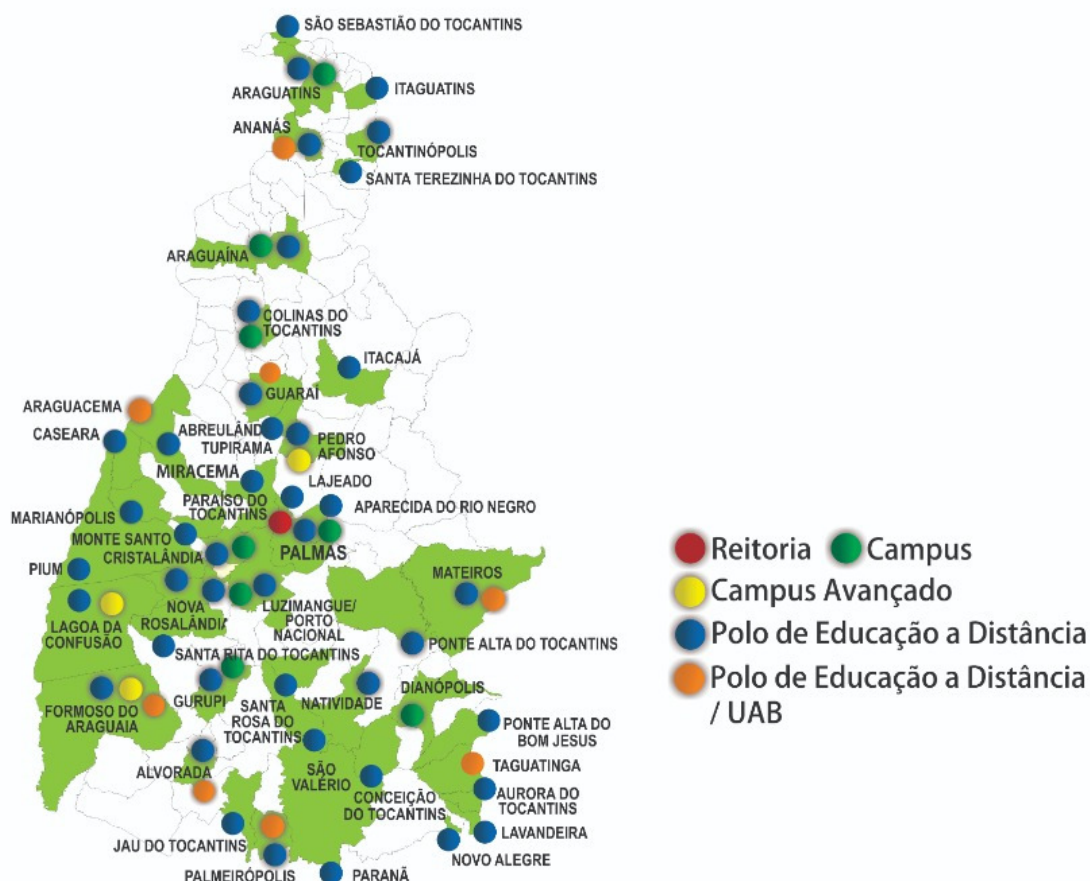
Unidade	CNPJ
Reitoria	10.742.006/0001-98
Campus Palmas	10.742.006/0003-50
Campus Araguatins	10.742.006/0002-78
Campus Paraíso do Tocantins	10.742.006/0004-30
Campus Araguaína	10.742.006/0006-00
Campus Gurupi	10.742.006/0005-11
Campus Porto Nacional	10.742.006/0007-83
Campus Dianópolis	10.742.006/0008-64
Campus Colinas do Tocantins	10.742.006/0009-45
Campus Avançado de Pedro Afonso*	
Campus Avançado de Lagoa da Confusão*	
Campus Avançado de Formoso do Araguaia*	

* Os Campus Avançados não possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial são realizados e controlados no CNPJ da matriz.

O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (reitoria, *campus*, *campus* avançado e polos de educação a distância), especializada na oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes (pós-médio), Proeja, graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD/UAB).

Sua missão é proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

O IFTO oferta educação de qualidade e desenvolvimento tecnológico para todas regiões do Tocantins, sendo 12 unidades (incluindo a unidade Reitoria) e 34 polos de apoio presencial ao ensino a distância, conforme distribuição geográfica abaixo.



Conformidade legal das atividades da entidade: Lei nº 11.892/2008, lei de criação, Lei nº 8.112/1990 para a contratação dos seus servidores, Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002 (pregão eletrônico) para contratação dos seus fornecedores, Lei nº 4.320/1964 para suas finanças, Lei 14.303/2022 – Lei Orçamentária Anual de 2022, para o orçamento, e legislações específicas da área de atuação da entidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normativos vigentes.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração (SIAFI), as demonstrações consolidam as contas da Reitoria e dos campi: Palmas, Araguatins, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Colinas do Tocantins, ou seja, consolidadas no nível de órgão.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.1 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo por base as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- (a) Moeda funcional: A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa: incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- (c) Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos tributários; (II) créditos não tributários; (III) dívida ativa; (IV) transferências concedidas; (V) empréstimos e financiamentos concedidos; (VI) adiantamentos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

(VII) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques: Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

(e) Ativo Realizável à Longo Prazo: Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(f) Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada

(quando tiverem vida útil definida), e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Intangíveis: A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(i) Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável: a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

(j) Passivos circulantes e não circulantes: As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

(k) Benefícios a Empregados: Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

(l) Ajustes de Exercícios Anteriores: A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados no Balanço Patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Balanço Patrimonial

R\$

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	26.432.344,82	25.834.952,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.244.605,41	22.415.336,57
Créditos a Curto Prazo	5.381.516,48	849.956,04
Demais Créditos e Valores	5.381.516,48	849.956,04
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.806.222,93	2.569.659,61
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	233.565.741,51	224.185.990,31
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	233.511.506,41	224.131.755,21
Bens Móveis	70.059.388,09	67.102.673,22
Bens Móveis	92.167.404,03	89.239.874,86
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.108.015,94	-22.137.201,64
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	163.452.118,32	157.029.081,99
Bens Imóveis	164.738.345,25	163.188.140,91
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.286.226,93	-6.159.058,92
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	54.235,10	54.235,10
Softwares	54.235,10	54.235,10
Softwares	54.235,10	54.235,10
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	259.998.086,33	250.020.942,53

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	80.228.519,55	73.688.481,98
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	21.833.706,63	16.839.371,67
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.363.525,74	1.324.833,90
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.828,25	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	56.028.458,93	55.524.276,41
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	80.228.519,55	73.688.481,98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	179.769.566,78	176.332.460,55
Resultado do Exercício	-1.564.190,41	-1.200.690,74
Resultados de Exercícios Anteriores	176.332.460,55	177.496.950,77
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.001.296,64	36.200,52
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	179.769.566,78	176.332.460,55
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	259.998.086,33	250.020.942,53

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	18.270.202,81	22.440.933,97	PASSIVO FINANCEIRO	111.092.655,17	41.121.135,17
ATIVO PERMANENTE	241.727.883,52	227.580.008,56	PASSIVO PERMANENTE	61.908.749,85	53.576.005,92
			SALDO PATRIMONIAL	86.996.681,31	155.323.801,44

QUADRO DE COMPENSAÇÕES (Lei nº 4.320/1964)

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.244.603,48	28.262.313,63	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	48.992.705,01	20.850.861,55
Atos Potenciais Ativos	25.244.603,48	28.262.313,63	Atos Potenciais Passivos	48.992.705,01	20.850.861,55
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.504.630,56	848.522,35	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	23.689.173,29	27.362.991,65	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	13.940,00	13.940,00
Direitos Contratuais	50.799,63	50.799,63	Obrigações Contratuais	48.978.765,01	20.836.921,55
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	25.244.603,48	28.262.313,63	TOTAL	48.992.705,01	20.850.861,55

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL (Lei nº 4.320/1964)

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-89.518.432,14
Recursos Vinculados	-3.304.020,22
Educação	-1.692.091,60
Seguridade Social (Exceto Previdência)	21.312,46
Previdência Social (RPPS)	-2.172.487,81
Dívida Pública	-663.063,35
Alienação de Bens e Direitos	763.638,87
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	438.671,21
TOTAL	-92.822.452,36

2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	150.205.635,31	135.947.647,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	282.827,05	88.628,21
Venda de Mercadorias	15.979,99	53.816,84
Vendas de Produtos	2.986,83	1.520,37
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	263.860,23	33.291,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	669,75	415,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	669,75	415,15
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	146.720.791,76	134.983.525,85
Transferências Intragovernamentais	146.547.613,91	134.112.165,74
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	173.177,85	871.360,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.174.216,72	843.984,63
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	653.864,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.174.216,72	190.120,29
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27.130,03	31.093,63
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	27.130,03	31.093,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	151.769.825,72	141.671.038,42
Pessoal e Encargos	106.936.435,83	103.956.423,64
Remuneração a Pessoal	85.692.968,40	83.491.493,51
Encargos Patronais	16.564.901,29	16.051.149,84
Benefícios a Pessoal	4.666.566,14	4.313.996,04
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	12.000,00	99.784,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.866.654,04	3.739.726,76
Aposentadorias e Reformas	2.019.606,96	1.942.908,68
Pensões	461.422,13	379.199,27
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	700,00	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.384.924,95	1.417.618,81
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.600.286,27	14.253.841,71
Uso de Material de Consumo	2.244.965,78	1.486.742,41
Serviços	13.930.761,57	12.377.987,72
Depreciação, Amortização e Exaustão	424.558,92	389.111,58
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.138,91	905,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.138,91	905,30
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-

Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	18.184.454,17	13.001.973,29
Transferências Intragovernamentais	17.966.116,66	12.135.935,03
Transferências Intergovernamentais	45.159,66	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	173.177,85	866.038,26
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.951.519,01	3.127.368,36
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	2.916.642,06	3.125.324,17
Desincorporação de Ativos	34.876,95	2.044,19
Tributárias	19.953,57	9.322,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.306,19	2.311,04
Contribuições	14.647,38	7.011,74
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.208.383,92	3.581.476,58
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.149.779,98	3.538.579,05
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	58.603,94	42.897,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.564.190,41	-5.723.390,95

3.3 Balanço Orçamentário

R\$

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	151.214,00	151.214,00	285.494,24	134.280,24
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serv. Social Form. Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	9.538,00	9.538,00	9.447,42	-90,58
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9.538,00	9.538,00	8.780,23	-757,77
Valores Mobiliários	-	-	667,19	667,19
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	132.113,00	132.113,00	15.979,99	-116.133,01
Receita Industrial	3.138,00	3.138,00	2.986,83	-151,17
Receitas de Serviços	6.425,00	6.425,00	255.080,00	248.655,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.425,00	6.425,00	255.080,00	248.655,00
Serviços e Atividades Re.à Navegação e ao Transp.	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	2.000,00	2.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.000,00	2.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	151.214,00	151.214,00	285.494,24	134.280,24
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	151.214,00	151.214,00	285.494,24	134.280,24
DEFICIT			203.210.841,41	203.210.841,41
TOTAL	151.214,00	151.214,00	203.496.335,65	203.345.121,65
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	1.224.095,00	-	-1.224.095,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	1.724.400,00	-	-
Créditos Cancelados	-	-500.305,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	262.012.002,00	263.236.097,00	202.918.166,73	118.481.724,85	101.675.940,36	60.317.930,27
Pessoal e Encargos Sociais	209.782.629,00	214.117.872,00	166.861.796,48	100.738.019,04	86.471.556,00	47.256.075,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	52.229.373,00	49.118.225,00	36.056.370,25	17.743.705,81	15.204.384,36	13.061.854,75
DESPESAS DE CAPITAL	5.437.512,00	5.437.512,00	578.168,92	38.268,89	33.708,89	4.859.343,08
Investimentos	5.437.512,00	5.437.512,00	578.168,92	38.268,89	33.708,89	4.859.343,08
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	267.449.514,00	268.673.609,00	203.496.335,65	118.519.993,74	101.709.649,25	65.177.273,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	267.449.514,00	268.673.609,00	203.496.335,65	118.519.993,74	101.709.649,25	65.177.273,35
TOTAL	267.449.514,00	268.673.609,00	203.496.335,65	118.519.993,74	101.709.649,25	65.177.273,35

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.096.193,03	11.012.859,83	8.095.742,84	7.756.753,38	248.235,15	5.104.064,33
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.096.193,03	11.012.859,83	8.095.742,84	7.756.753,38	248.235,15	5.104.064,33
DESPESAS DE CAPITAL	381.004,01	7.518.602,24	4.809.066,53	4.211.775,47	59.051,78	3.628.779,00
Investimentos	381.004,01	7.518.602,24	4.809.066,53	4.211.775,47	59.051,78	3.628.779,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.477.197,04	18.531.462,07	12.904.809,37	11.968.528,85	307.286,93	8.732.843,33

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	126.692,36	19.777.771,06	19.285.086,18	135.333,45	484.043,79
Pessoal e Encargos Sociais	-	17.570.922,65	17.560.439,96	-	10.482,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	126.692,36	2.206.848,41	1.724.646,22	135.333,45	473.561,10
DESPESAS DE CAPITAL	45.766,19	160.324,95	140.792,42	19.342,59	45.956,13
Investimentos	45.766,19	160.324,95	140.792,42	19.342,59	45.956,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	172.458,55	19.938.096,01	19.425.878,60	154.676,04	529.999,92

3.4 Balanço Financeiro

R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	285.494,24	89.041,80	Despesas Orçamentárias	203.496.335,65	175.965.099,56
Ordinárias	-	-	Ordinárias	198.472.235,05	171.575.872,86
Vinculadas	285.500,24	89.588,16	Vinculadas	5.024.100,60	4.389.226,70
Educação	2.000,00	-	Educação	396.768,12	196.360,70
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência Social)	-	3.556.712,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	283.500,24	89.588,16	Previdência Social (RPPS)	4.627.332,48	636.154,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6,00	-546,36			
Transferências Financeiras Recebidas	146.547.613,91	134.112.165,74	Transferências Financeiras Concedidas	17.966.116,66	12.135.935,03
Resultantes da Execução Orçamentária	126.268.670,30	112.196.563,91	Resultantes da Execução Orçamentária	8.120.667,03	3.737.232,04
Repasse Recebido	118.203.503,27	108.459.331,87	Repasse Concedido	55.500,00	-
Sub-repasse Recebido	8.065.167,03	3.737.232,04	Sub-repasse Concedido	8.065.167,03	3.737.232,04
Independentes da Execução Orçamentária	20.278.943,61	21.915.601,83	Independentes da Execução Orçamentária	9.845.449,63	8.398.702,99
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	19.658.673,48	20.964.851,01	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	9.818.319,60	8.367.610,36
Movimentação de Saldos Patrimoniais	620.270,13	950.750,82	Movimento de Saldos Patrimoniais	27.130,03	31.092,63
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	102.049.142,76	83.214.535,47	Pagamentos Extraorçamentários	31.590.529,76	31.294.081,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	16.810.344,49	16.826.647,78	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	19.425.878,60	17.915.775,39
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	84.976.341,91	65.705.108,74	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.968.528,85	12.812.814,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	196.242,91	578.146,93	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	196.122,31	565.490,82
Outros Recebimentos Extraorçamentários	66.213,45	104.632,02	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	41.083,42	73.539,39			
Arrecadação de Outra Unidade	25.130,03	31.092,63			
Saldo do Exercício Anterior	22.415.336,57	20.457.130,49	Saldo para o Exercício Seguinte	18.244.605,41	18.477.757,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.415.336,57	20.457.130,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.244.605,41	18.477.757,76
TOTAL	271.297.587,48	237.872.873,50	TOTAL	271.297.587,48	237.872.873,50

3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

R\$

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	215.545,62	814.782,87
INGRESSOS	147.054.481,09	134.810.447,10
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	8.780,23	8.534,00
Receita Agropecuária	15.979,99	53.816,84
Receita Industrial	2.986,83	1.520,37
Receita de Serviços	255.080,00	24.757,00
Remuneração das Disponibilidades	667,19	412,59
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.000,00	1,00
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	146.768.986,85	134.721.405,30
Ingressos Extraorçamentários	196.242,91	578.146,93
Transferências Financeiras Recebidas	146.547.613,91	134.112.165,74
Arrecadação de Outra Unidade	25.130,03	31.092,63
DESEMBOLSOS	-146.838.935,47	-133.995.664,23
Pessoal e Demais Despesas	-112.371.440,61	-105.553.356,64
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-2.800,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-2.400,00
Previdência Social	-2.272.390,73	-2.144.475,32
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-110.119.914,30	-102.860.498,16
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-530.000,00
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-20.219,00	-86.722,55
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	41.083,42	73.539,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-16.305.255,89	-15.740.881,74
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-16.260.096,23	-15.740.881,74
Outras Transferências Concedidas	-45.159,66	-
Outros Desembolsos Operacionais	-18.162.238,97	-12.701.425,85
Dispêndios Extraorçamentários	-196.122,31	-565.490,82
Transferências Financeiras Concedidas	-17.966.116,66	-12.135.935,03

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.386.276,78	-2.794.155,60
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.386.276,78	-2.794.155,60
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.366.934,19	-2.792.155,60
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-19.342,59	-2.000,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.170.731,16	-1.979.372,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	22.415.336,57	20.457.130,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	18.244.605,41	18.477.757,76

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas que representam o patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), como as contas de obrigações contratuais (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição, 2021).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Na conta Caixa e Equivalentes de Caixa se encontram os recursos financeiros para aplicação nas operações do IFTO, sendo que é composta em sua totalidade por valores da Conta Única do Tesouro Nacional para fazer frente a sua execução orçamentária e financeira.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.244.605,41	22.415.336,57	(18,61)
Total	18.244.605,41	22.415.336,57	(18,61)

Fonte: SIAFI 2022

A tabela acima demonstra uma redução de 18,61% dos recursos financeiros entre o quarto trimestre de 2021 e o segundo trimestre de 2022. A redução dos recursos disponíveis é consequência da programação financeira nos dois trimestres de 2022.

4.2. Imobilizado

O imobilizado do IFTO é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios

econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o segundo trimestre de 2022 e do quarto trimestre de 2021.

Tabela 2 – Imobilizado – Composição

IMOBILIZADO	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	92.167.404,03	89.239.874,86	3,28
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.108.015,94	-22.137.201,64	-0,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
(=) Valor Líquido	70.059.388,09	67.102.673,22	4,41
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	164.738.345,25	163.188.140,91	0,95
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	-1.286.226,93	-6.159.058,92	-79,12
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
(=) Valor Líquido	163.452.118,32	157.029.081,99	4,09
Total do Imobilizado	233.511.506,41	224.131.755,21	4,18

Fonte: SIAFI, 2022

Em 30/06/2022, o valor líquido contábil dos bens móveis do IFTO foi de R\$ 70,06 milhões, conforme detalhamento apresentado na tabela 2.

Os bens Móveis (valor líquido descontado a depreciação) tiveram um crescimento no seu total em relação ao quarto trimestre de 2021 de 4,41% em consequência de novas entradas (aquisições) de bens permanentes.

Em relação a Depreciação Acumulada de Bens Móveis que no segundo trimestre de 2022 apresenta o valor de R\$ 22.108.015, o que corresponde a 23,99% do Valor Bruto Contábil (R\$92.167.404,03). Cabe informar que apenas a Unidade Porto Nacional efetua a depreciação. As demais, não a efetuam em razão da necessidade de acertos e ajustes que precisam ser realizados nas contas dos bens patrimoniais.

Quanto aos Bens Imóveis (valor líquido descontado a depreciação), houve um acréscimo de 4,09%. No total, o imobilizado teve um acréscimo de 4,18% na comparação com o ano de 2021.

A Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis é baseada em informações do sistema SPIUNET. Ocorreu redução no valor da depreciação acumulada desses bens cadastrados no SPIUNET de 79,12% em razão de lançamentos de ajuste realizados na conta Depreciação

Acumulada - Bens Imóveis (12381.02.00), em 30/06/2022, pela Coordenação Geral de Contabilidade.

4.2.1 Bens Móveis

Os bens móveis do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins correspondem aos bens adquiridos ou doados ou produzidos internamente. Esses bens ainda são registrados e gerenciados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), não sendo, portanto, integrado com o SIAFI.

Esses bens, em 30/06/2022, totalizavam R\$ 70.059.388,09 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 3 - Bens Móveis – Composição

				R\$
BENS	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	30.937.715,42	29.441.724,68	5,08	44,16
Bens de Informática	18.846.638,71	17.643.810,39	6,82	26,90
Móveis e Utensílios	20.673.506,66	20.489.719,87	0,90	29,51
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.619.452,96	6.501.752,40	1,81	9,45
Veículos	11.131.542,41	11.131.542,41	0	15,89
Bens Móveis em Almoxarifado	483.658,12	483.658,12	0	0,69
Armamentos	0,01	0,01	0	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	758.007,78	758.007,78	0	1,08
Demais Bens Móveis	2.716.881,96	2.789.659,20	-2,61	3,88
Depreciação / Amortização Acumulada	(22.108.015,94)	(22.137.201,64)	-0,13	-31,56
Total	70.059.388,09	67.102.673,22	4,41	100%

Fonte: SIAFI, 2022

Do montante de pouco mais de 70 milhões dos bens registrados no Órgão, a maior parte (44,16%), refere-se a conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, seguido de Móveis e Utensílios (29,51%) e bens de informática (26,90%). A conta com maior representatividade é composta conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

BENS	30/06/2022	31/12/2021	AV(%)	AH (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	12.069.140,36	11.922.834,46	39,01	1,23
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	241.193,05	240.614,03	0,78	0,24
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	5.083.616,46	4.890.892,82	16,43	3,94
Aparelho e Equipamento p/Esportes e Diversões	626.932,59	621.734,59	2,03	0,84
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	308.432,92	308.432,92	1,00	0,00
Maquinas e Equipamentos Industriais	3.456.815,17	3.426.320,53	11,17	0,89
Maquinas e Equipamentos Energéticos	2.524.475,85	1.690.918,19	8,16	49,30
Maquinas e Equipamentos Gráficos	75.357,79	74.609,79	0,24	1,00

Maquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	512.525,90	511.168,66	1,66	0,27
Equipamentos de Montaria	2.813,15	2.813,15	0,01	0,00
Maquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	1.955.210,66	1.716.864,29	6,32	13,88
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	284.100,32	264.686,14	0,92	7,33
Maquinas e Equipamentos - Construção Civil	80.538,35	80.538,35	0,26	0,00
Maquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	447.795,22	449.847,22	1,45	-0,46
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.255.849,17	3.226.531,08	10,52	0,91
Outras Maquinas, Equipamentos e Ferramentas	12.918,46	12.918,46	0,04	0,00
Total	30.937.715,42	29.441.724,68	100%	5,08

Fonte: SIAFI, 2022

Dá análise da tabela 4 verifica-se a alta representatividade da conta contábil Aparelhos de Medição e Orientação, representando 39,01% do total. A concentração de bens móveis permanentes nessa conta se deve ao fato do IFTO possuir infraestrutura laboratorial na área das Ciências Exatas, cujos itens (objetos) possuem maior valor econômico em virtude de suas características técnicas e tecnológicas. A contas de Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos também possui relevância para este grupo (16,43%).

O aumento de 49,30% dos bens não incorporáveis a instalações como Máquinas e Equipamentos Energéticos se deve, principalmente, a aquisição de novos bens destinados à geração de energia e a modernização da infraestrutura de rede do IFTO.

4.2.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão correspondem, em sua maioria, aos bens de uso especial. Esses bens são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, que em 30/06/2022 totalizaram R\$ 163.452.118,32 e estão distribuídos nas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 5 – Bens Imóveis – Composição

BENS	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	131.301.904,76	131.301.904,76	0,00	80,33
Bens Imóveis em Andamento	32.525.200,57	30.974.996,23	5,00	19,90
Instalações	911.239,92	911.239,92	0,00	0,56
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.286.226,93)	(6.159.058,92)	-79,12	-0,79
Total	163.452.118,32	157.029.081,99	4,09	100%

Fonte: SIAFI, 2022

Esses bens de uso especial perfazem 80,33% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, totalizando assim o montante de R\$

131.301.904,76 em 30/06/2022 a valores brutos. Os Bens de Uso Especial correspondem as unidades do IFTO, e são utilizados na prestação de serviços à sociedade.

Da tabela acima é possível notar que 19,90% (R\$ 32.525.200,57) referem-se a obras em andamento. A redução de 79,12% no valor da depreciação desses bens ocorreu em razão de ajustes na conta Depreciação Acumulada - Bens Imóveis, provenientes da conciliação SIAFI e SPIUNET realizados pela Coordenação Geral de Contabilidade.

Tabela 6 - Bens de Uso Especial – Composição

BENS	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Imóveis de Uso Educacional	122.492.565,28	122.492.565,28	0	93,29
Autarquias/Fundações	8.809.339,48	8.809.339,48	0	6,71
Total	131.301.904,76	131.301.904,76	0,00	100%

Fonte: SIAFI, 2022

O saldo da conta Imóveis de Uso Educacional é composto pelos valores dos imóveis dos campi do IFTO e representam 93,29% dos Bens de Uso Especial. O valor de R\$ 8.809.339,48 (6,71%) é o valor do Imóvel da Reitoria do IFTO, unidade que representa a administração central do órgão.

A tabela a seguir, é apresentado o saldo da Bens Imóveis em Andamento, em 30/06/2022, por unidade do IFTO.

Tabela 7 - Bens Imóveis em Andamento

Unidades	30/06/2022	AV (%)
Reitoria	14.709.564,21	45,23
Campus Palmas	1.334.468,85	4,10
Campus Araguatins	206.484,62	0,63
Campus Dianópolis	9.504.757,72	29,22
Campus Colinas do Tocantins	6.769.925,17	20,81
Total	32.525.200,57	100,00

Fonte: SIAFI, 2022

O valor mais elevado da conta Bens Imóveis em Andamento na unidade Reitoria, se justifica pelo fato de que, na fase de expansão, esta foi a responsável pela execução das obras de construção, reforma, recuperação e ampliação dos Campus de Dianópolis, Colinas do Tocantins e dos Campi Avançados Lagoa da Confusão e Pedro Afonso.

Os saldos de obras em andamento serão baixados quando não houver pendências e tão logo sejam disponibilizados os Termos de Entrega Definitiva de Obras finalizadas e demais documentos.

4.3 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis podem ser classificados com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O ativo intangível é composto pelos direitos de uso de software e estão sendo utilizados na prestação de serviços.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 8 - Intangível – Composição

INTANGÍVEIS	30/06/202	31/12/2021	AV (%)
Software com Vida Útil Indefinida	54.235,10	54.235,10	100%
Software com Vida Útil Definida	0,00	0,00	
Amortização Acumulada	-	-	-
Total	54.235,10	54.235,10	100%

Fonte: SIAFI, 2022

4.4 Obrigações Contratuais

Em 30/06/2022, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins (Órgão 26424) apresentou um saldo de R\$ 48.978.765,01.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 - Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	12.693,13	12.693,13	0,00	0,03
Fornecimento de Bens	13.898.406,08	238.987,51	5.715,54	28,38
Seguros	11.427,36	63.156,49	(81,91)	0,02
Serviços	35.056.238,44	20.522.084,42	70,82	71,57
Total	48.978.765,01	20.836.921,55	135,06	100%

Fonte: SIAFI 2022

As obrigações contratuais com Serviços representam a maioria, cerca de 71,57% do total das obrigações assumidas pelo IFTO ao final de 30/06/2022. Com um novo contrato assinado no

primeiro trimestre de 2022, Fornecimento de Bens teve um acréscimo expressivo e passou a responder por 28,38 % do total.

Apresenta-se na tabela 10 a relação unidades gestoras contratantes e com valores mais expressivos na data base de 30/06/2022.

Tabela 10 - Obrigações Contratuais – Por Unidade Contratante

Unidades Executoras	30/06/2022	AV (%)
Reitoria	26.407.401,22	53,92
Campus Palmas	5.123.211,82	10,46
Campus Araguatins	7.225.492,07	14,75
Campus Paraíso do Tocantins	3.143.853,65	6,42
Campus Araguaína	942.931,10	1,93
Campus Gurupi	1.090.323,98	2,23
Campus Porto Nacional	1.101.641,29	2,25
Campus Dianópolis	2.156.931,66	4,40
Campus Colinas do Tocantins	1.786.978,22	3,65
Total	48.978.765,01	100

Fonte: Siafi, 2021.

As unidades Reitoria, Araguatins e Palmas são responsáveis por 79,13% do total contratado. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 05 (cinco) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2022.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais – Por Contratado

Contratos	30/06/2022	AV (%)
A – Sabor e Saúde Gourmet Com. Alimentos	13.494.697,50	27,55
B – Bela Vista Gestão de Recursos Humanos	5.016.737,54	10,24
C - Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins	3.876.301,40	7,91
D - RG Segurança e Vigilância LTDA	2.837.065,70	5,79
E – Intacta Engenharia e Representações Ltda	2.604.916,42	5,32
F - LG Serviços Profissionais Eireli ME	1.471.137,53	3,00
Demais	19.677.908,92	40,18
Total	48.978.765,01	100

Fonte: SIAFI 2022

A soma dos Contratados A, B, C, D, E e F representa 59,82% do total. Estes contratados são referentes a serviços com terceirização de mão de obra (B, D e F), obras (E), apoio ao ensino (C) e fornecimento de alimentação a estudantes (A).

4.5 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2022, o IFTO apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.727.051,48 relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo a totalidade de obrigações a curto prazo e referente a fornecedores nacionais.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Conta Contábil	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
Curto Prazo	2.363.525,74	1.324.833,90	78,40
Nacionais	2.363.525,74	1.324.833,90	78,40
Total	4.727.051,48	2.649.667,80	78,40

Fonte: SIAFI 2022

A comparação entre os períodos apresenta uma variação de 78,40%, e está relacionada a dois fatores: montante das liquidações realizadas x repasses de recursos financeiros recebidos para o pagamento das obrigações. Portanto, as liquidações realizadas foram bem superiores aos recursos financeiros recebidos.

Na continuação, apresenta-se a tabela 13 relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
UG 158131 - Reitoria	835.929,54	584.058,55	43,12	35,37
UG 158336 – Campus Palmas	138.469,98	39.678,23	248,98	5,86
UG 158337 – Campus Araguatins	324.498,84	324.524,30	-0,01	13,73
UG 158489 – Campus Paraíso do Tocantins	358.989,52	48.834,36	635,12	15,19
UG 158511 – Campus Araguaína	134.877,97	60.087,98	124,47	5,71
UG 158556 – Campus Gurupi	100.198,02	60.515,56	65,57	4,24
UG 158557 – Campus Porto Nacional	67.593,81	34.216,28	97,55	2,86
UG 158628 – Campus Dianópolis	15.959,18	107.463,44	-85,15	0,68
UG158633 – Campus Colinas do Tocantins	387.008,88	65.455,20	491,26	16,37
Total	2.363.525,74	1.324.833,90	276,50	100

Fonte: SIAFI 2022

Na comparação entre períodos nota-se a expressiva variação dos fornecedores a pagar por campus, onde as maiores ocorreram nas Unidades Paraíso do Tocantins (635,12%), Colinas do Tocantins (491,26%) e Palmas (248,98%), em virtude de contratos novos de obras para o Campus Palmas e Colinas e aquisição de equipamentos para a usina fotovoltaico para o Campus Paraíso do Tocantins.

Da participação sobre o total, Reitoria (35,37%), Campus Colinas (16,37), Campus Paraíso do Tocantins (16,37%), e Campus Araguatins (13,73%), são responsáveis por 80,66% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 03 (três) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base 30/06/2022.

Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Fornecedores	30/06/2022	AV (%)
Fornecedor A – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins	358.421,21	15,16
Fornecedor B - Sambaiba Construções LTDA	324.235,12	13,72
Fornecedor C – Fênix Assessoria & Gestão Empresarial LTDA	302.531,74	12,80
Demais	1.378.337,67	58,32
Total	2.363.525,74	100

Fonte: SIAFI 2022

Em relação aos fornecedores A, B e C eles representam 41,68% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- a) Fornecedor A: Serviço de Apoio ao Ensino;
- b) Fornecedor B: Serviço de reformas e adequações da estrutura físicas das unidades do IFTO.
- c) Fornecedor C: Prestação de serviços continuados e limpeza e conservação, com emprego de mão de obra terceirizada;

4.6 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do IFTO representa 72,04% do total da soma do passivo e do patrimônio líquido da instituição e está composto da seguinte forma, conforme dispõe a tabela 13.

Tabela 15 – Resultado do Exercício

Resultados	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
(-) Resultado do exercício	-1.564.190,41	-1.200.690,74	30,27
(+) Resultado de exercícios anteriores	176.332.460,55	177.496.950,77	-0,66
(-) Ajustes de exercícios anteriores	5.001.296,64	36.200,52	13.715,54
(=) Resultados Acumulados	179.769.566,78	176.332.460,55	1,95

Fonte: SIAFI, 2022

Em 30/06/2022, o “Patrimônio Líquido” do IFTO apresentou um acréscimo de 1,95%, quando comparado com o saldo apresentado em 31/12/2021.

5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

Prevista no Art. 104 da Lei 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício (STN, 2019).

5.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Tabela 16 – Resultado Patrimonial do Período

Variações Patrimoniais	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	150.205.635,31	135.947.647,47	10,49
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	151.350.895,29	141.671.038,42	6,83
Resultado Patrimonial do Período (I - II)	301.556.530,60	277.618.685,89	8,62

Fonte: SIAFI, 2022

O IFTO apresentou em 30/06/2022 um resultado patrimonial positivo de R\$ 301.556.530,60.

Em seguida apresenta-se a Demonstração das Variações Patrimoniais, segregadas em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

5.2 Variações Patrimoniais Aumentativas

Na tabela 17, demonstra-se a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Tabela 17 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV(%)
	150.205.635,31	135.947.647,47	10,49	100,00
Exploração e Venda de Bens, serviços e Direitos	282.821,05	88.628,21	219,11	0,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	669,75	415,15	61,33	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	146.720.791,76	134.983.525,85	8,70	97,68
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.174.216,72	843.984,63	276,10	2,11
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27.136,03	31.093,63	-12,73	0,02

Fonte: SIAFI, 2022

Dentre as VPAs com movimentação mais significativa, destaca-se as “Transferências e Delegações Recebidas”, que equivale a 97,68% do total de VPAs. O valor é consequência de Repasses Recebidos, fruto da execução orçamentária e extraorçamentária (Restos a Pagar).

A tabela 18 apresenta a variação patrimonial aumentativa mais significativa ocorrida na comparação do segundo trimestre de 2022 com o segundo trimestre de 2021 (AH = 276,10%).

Tabela 18 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Variações Patrimoniais Aumentativas	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV (%) 30/06/22
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.174.216,72	843.984,63	276,10	100
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	653.864,34	-100	0
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.174.216,72	190.120,29	1569,58	100

Fonte: SIAFI, 2022

Dentro da Variação Patrimonial Aumentativa “Valorização e Ganhos Ativos e Desincorporação de Passivos”, a maior relevância está em Ganhos com Desincorporação de Passivos, que corresponde a totalidade. Esse resultado é devido à finalização e comprovação de Termos de Execução Descentralizada – TED.

5.3 Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD's tiveram um acréscimo monetário no segundo trimestre de 2022 em comparação com o segundo trimestre de 2021 de 6,83%, passando do patamar de R\$ 141.671.038,42 para R\$151.350.895,29. Basicamente as variações patrimoniais diminutivas, incorreram acerca de despesas com pessoal (despesa obrigatória) e serviços para a manutenção e funcionamento do IFTO (despesa discricionária).

Tabela 19 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV (%) 30/06/2022
	151.350.895,29	141.671.038,42	6,83	100
Pessoal e Encargos Sociais	106.936.435,83	103.956.423,64	2,87	70,65
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.866.654,04	3.739.726,76	3,39	2,55
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	16.181.355,84	14.253.841,71	13,52	10,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.138,91	905,30	136,27	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos	2.951.519,01	3.127.368,36	(5,62)	1,95
Tributárias	19.953,57	9.322,78	114,03	0,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.208.383,92	3.581.476,58	(10,42)	2,12
Transferências e Delegações Concedidas	18.184.454,17	13.001.973,29	39,86	12,01

Fonte: SIAFI, 2022

O grupo com maior participação nas VPDs é a conta “Pessoal e encargos” (70,65%), com aumento de 2,87% em relação ao mesmo período do ano passado. A tabela 20 apresenta o detalhamento deste grupo.

Tabela 20 - Pessoal e Encargos

Variações Patrimoniais Diminutivas	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV (%) 30/06/2022
Pessoal e Encargos	106.936.435,83	103.956.423,64	2,87	100
Remuneração a Pessoal	85.692.968,40	83.491.493,51	2,64	80,13
Encargos Patronais	16.564.901,29	16.051.149,84	3,20	15,49
Benefícios a Pessoal	4.666.566,14	4.313.996,04	8,17	4,36
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	12.000,00	99.784,25	-87,97	0,01

Fonte: SIAFI, 2022

De maneira geral, a despesa com pessoal em encargos cresceu 2,87% na comparação com o mesmo período do ano passado.

A seguir, ainda dentro das VPDs, demonstra-se a conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”, é neste grupo que está a aplicação dos créditos orçamentários das despesas discricionários no órgão.

Tabela 21 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV (%) 30/06/2022
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.600.286,27	14.253.841,71	16,46	100,00
Uso de Material de Consumo	2.244.965,78	1.486.742,41	51,00	13,52
Serviços	13.930.761,57	12.377.987,72	12,54	83,92
Depreciação, Amortização e Exaustão	424.558,92	389.111,58	9,11	2,56

Fonte: SIAFI, 2022

A conta “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” apresentou um acréscimo de 16,46% na comparação com o mesmo período do ano passado. Os serviços representam a maior parte da composição do grupo e responde por 83,92% do total.

Com relação à Depreciação, cabe informar que somente o Campus de Porto Nacional está realizando o registro, as demais unidades do IFTO não estão registrando a depreciação acumulada dos bens móveis, a opção foi de ajustar o patrimônio para a implantação e operacionalização do sistema SIADS.

6. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação (MCASP 9ª Edição, 2021).

6.1 Receitas

A tabela 22 demonstra a previsão da receita e sua realização dividida por categoria econômica.

Tabela 22 – Receitas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo d=(c-b)
Receitas Correntes	151.214,00	151.214,00	285.494,24	134.280,24
Receitas de Capital	-	-	-	-
Total das Receitas	151.214,00	151.214,00	285.494,24	134.280,24

Fonte: SIAFI, 2022

No ano de 2022, a previsão inicial da receita está estimada em R\$ 151.214,00, sendo a sua totalidade na categoria de Receitas Correntes, até 30/06/2022 a arrecadação foi de R\$ 285.494,24, gerando um excesso de arrecadação de R\$ 134.280,24.

A tabela a seguir faz o detalhamento das Receitas Correntes arrecadadas e compara ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 23 – Receitas Correntes Realizadas

Receitas Correntes	30/06/2022 2	30/06/2021 1	Variação R\$	% Variação
Receita Patrimonial	9.447,42	8.946,59	500,83	5,60
Receita Agropecuária	15.979,99	53.816,84	-37.836,85	-70,31
Receita Industrial	2.986,83	1.520,37	1.466,46	96,45
Receitas de Serviços	255.080,00	24.757,00	230.323,00	930,33
Outras Receitas Correntes	2.000,00	1,00	1.999,00	199900
Total	285.494,24	89.041,80	196.452,44	220,63

Fonte: SIAFI, 2022, 2021

Na comparação com o mesmo período do ano passado, as Receitas Correntes Realizadas estão 220,63% a maior. Contribuiu consideravelmente para o resultado a arrecadação proveniente de inscrições para provimento de cargos técnicos administrativos em educação que ocorreu no primeiro trimestre de 2022. Essa arrecadação está nas Receitas de Serviços.

6.2 Despesas

O Orçamento aprovado pela Lei 14.303/2022 – Lei Orçamentária anual do ano de 2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 24/01/2022, fixou inicialmente para o IFTO uma Despesa de R\$ 267.449.514,00.

Tabela 24 – Dotação Orçamentária

Categoria Econômica	Grupo da Despesa	Dotação Inicial (a)	Dotação Suplementar (b)	Dotação Cancelada e Remanejada (c)	Dotação Atualizada d = (a+b) + c
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	209.782.629,00	4.335.243,00		214.117.872,00
	Outras Despesas Correntes	52.229.373,00	0,00	-3.111.148,00	49.118.225,00
Despesas de Capital	Investimentos	5.437.512,00	0,00		5.437.512,00
Total		267.449.514,00	4.335.243,00	-3.111.148,00	268.673.609,00

Fonte: SIAFI, 2022

A tabela a seguir demonstra execução da despesa orçamentária até o segundo trimestre de 2022.

Tabela 25 – Execução da Despesa Orçamentária

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesa liquidada (c)	% Liquidação = c/b	Despesa paga (d)	% Pagamento =d/c
Despesas Correntes	263.236.097,00	202.918.166,73	77,09	118.481.724,85	58,39	101.675.940,36	85,82
Pessoal e Encargos Sociais	214.117.872,00	166.861.796,48	77,93	100.738.019,04	60,37	86.471.556,00	85,84
Outras Despesas Correntes	49.118.225,00	36.056.370,25	73,41	17.743.705,81	49,21	15.204.384,36	85,69
Despesas de Capital	5.437.512,00	578.168,92	10,63	38.268,89	6,62	33.708,89	88,08
Investimentos	5.437.512,00	578.168,92	10,63	38.168,89	6,62	33.708,89	88,08
Total das Despesas	268.673.609,00	203.496.335,65	75,74	118.519.993,74	58,24	101.709.649,25	85,82

Fonte: SIAFI, 2022

Conforme demonstrado na tabela acima, o empenhado representa 75,74% do total da dotação, as despesas liquidadas 58,24% do total empenhado, e as despesas pagas 85,828% do liquidado.

6.3 Execução Orçamentária do Restos a Pagar

A seguir demonstra-se a execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados no primeiro trimestre de 2022.

Tabela 26 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Órgão	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
IFTO	21.008.659,11	12.904.809,37	11.968.528,85	307.286,93	8.732.843,33	56,97

Fonte: SIAFI 2022

Dos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados, demonstrados no quadro acima, 56,97% foram pagos até 30/06/2022.

Tabela 27 – Execução de Restos a Pagar Não Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)	% Execução e = (c/a)
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras Despesas Correntes	13.109.052,86	8.095.742,84	7.756.753,38	248.235,15	5.104.064,33	59,17
Investimentos	7.899.606,25	4.809.066,53	4.211.775,47	59.051,78	3.628.779,00	53,32
TOTAL	21.008.659,11	12.904.809,37	11.968.528,85	307.286,93	8.732.843,33	56,97

Fonte: SIAFI 2022

A tabela 27 apresenta a execução de Restos a Pagar não Processados por Grupo de Despesa. Nesse sentido, em consideração aos valores inscritos nos seus respectivos grupos, 59,17% foram executados em Outras Despesas Correntes e 53,32% executados em Investimentos.

Tabela 28 – Execução dos Restos a Pagar Processados

Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d = (b/a)
20.110.554,56	19.425.878,60	154.676,04	529.999,92	96,60

Fonte: SIAFI 2022

Para os Restos a Pagar Processados, há uma relevância no montante inscrito e pago. Isso acontece principalmente em razão da folha de pagamento do mês de dezembro do ano anterior, que é lançada no próprio mês (dezembro), mas paga no mês de janeiro, com isso, os empenhos da folha ficam inscritos em Restos a Pagar Processados. O quadro seguinte demonstra a informação por Grupo de Despesa, que evidencia melhor o fato.

Tabela 29 – Execução de Restos a Pagar Processados por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo (a-b-c)	% Execução d= (b/a)
Pessoal e Encargos Sociais	17.570.922,65	17.560.439,96	-	10.482,69	99,94
Outras Despesas Correntes	2.333.540,77	1.724.646,22	135.333,45	473.561,10	73,91
Investimentos	206.091,14	140.792,42	19.342,59	45.956,13	68,32
TOTAL	20.110.554,56	19.422.008,35	154.676,04	533.870,17	96,58

Fonte: SIAFI 2022

Pagamentos de Pessoal e Encargos Sociais representa 87,32% do total de inscrições em Restos a Pagar Processados, pagamentos de Outras Despesas Correntes corresponde a 8,56% e também carregam despesas da folha, que são benefícios pagos a servidores, o Grupo de Investimentos representa 0,70%. No geral a execução de Restos a Pagar Processado até 30/06/2022 é de 96,58% sobre o total das inscrições.

7. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964). A seguir, apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos.

7.1 Ingressos Financeiros

Apresenta-se a seguir a composição dos ingressos financeiros.

Tabela 30 - Composição dos Ingressos

INGRESSOS	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV 30/06/2022 (%)
Receitas Orçamentárias	285.494,24	89.041,80	220,63	0,11
Transferências Financeiras Recebidas	146.547.613,91	134.112.165,74	9,27	54,02
Recebimentos Extraorçamentários	102.049.142,76	83.214.535,47	22,63	37,62
Saldo do Exercício Anterior	22.415.336,57	20.457.130,49	9,57	8,26
TOTAL	271.297.587,48	237.872.873,50	14,05	100,00

Fonte: SIAFI 2022

No segundo trimestre de 2022, as Transferências Financeiras Recebidas constituíram a principal forma de ingressos respondendo por 54,02% do total. Neste grupo estão os repasses recebidos, que são resultantes da execução orçamentária e as transferências recebidas para pagamentos de Restos Pagar.

Os Recebimentos Extraorçamentários também foram uma importante forma de ingresso e responderam por 37,62% do total dos ingressos. Este grupo é composto na sua grande maioria pela inscrição de Restos a Pagar. O Art. 103, da Lei 4.320/64 dispõe que, “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

O Saldo do Exercício Anterior é a disponibilidade em caixa, representa 8,26% do total dos ingressos.

As Receitas Orçamentárias constituem as receitas diretamente arrecadas pelo órgão fruto de esforço institucional. Ocorreu uma variação de 220,63%, conforme evidenciado nas tabelas 22 e 23, item 7.1 – Receitas.

7.2 Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. Apresenta-se a seguir a composição.

Tabela 31 – Composição dos Dispêndios

DISPÊNDIOS	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV 30/06/2022 (%)
Despesas Orçamentárias	203.496.335,65	175.965.099,56	15,64	75,01
Transferências Financeiras Concedidas	17.966.116,66	12.135.935,03	48,04	6,62
Pagamentos Extraorçamentários	31.590.529,76	31.294.081,15	0,95	11,64
Saldo para o Exercício Seguinte	18.244.605,41	18.477.757,76	-1,26	6,72
TOTAL	271.297.587,48	237.872.873,50	11,05	100,00

Fonte: SIAFI 2022

Para os dispêndios, a maior relevância está nas Despesas Orçamentárias que respondem por 75,01% do total. Tais valores incluem os desembolsos financeiros para quitar despesas de pessoal, despesas de custeio e investimentos. Dividem-se em ordinárias, que correspondem às despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, utilizadas para atender quaisquer finalidades, e vinculadas, que são as despesas orçamentárias cuja aplicação é definida na Lei Orçamentária Anual, de acordo com sua origem.

7.3 Resultado Financeiro

O IFTO apurou como resultado financeiro no segundo trimestre de 2022 um deficit de R\$ 4.170.731,16 provenientes das fontes tesouro. Isso demonstra a necessidade de recebimento de mais recursos para fazer frente aos seus compromissos. A apuração do Resultado Financeiro é extraída por meio dos saldos de Caixa e Equivalente de Caixa, conforme demonstrado na tabela 32.

Tabela 32 – Resultado Financeiro

DISPÊNDIOS	30/06/2022	30/06/2021
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	18.244.605,41	18.477.757,76
INGRESSOS	30/06/2022	30/06/2021
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	22.415.336,57	20.457.130,49
= Resultado Financeiro	-4.170.731,16	-1.979.372,73

Fonte: SIAFI 2022

8. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Segundo o MCASP (2021), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento, identificando: (a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; (b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; (c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Tabela 33 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa/Resultado Financeiros

Resultado Financeiro BF x DFC	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)
(+) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Exercício Seguinte)	18.244.605,41	18.477.757,76	-1,26
(-) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (Exercício Anterior)	22.415.336,57	20.457.130,49	9,57
(=) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.170.731,16	-1.979.372,73	110,71

Fonte: SIAFI 2022

Conforme evidenciado na tabela acima, no segundo trimestre de 2022 foi registrado um déficit na geração líquida de caixa de R\$ 4.170.731,16. A explicação do fato pode ser vista na tabela 32 – Resultado Financeiro.

A seguir demonstra-se os fluxos para melhor entendimento do resultado deficitário.

Tabela 34 – Fluxos

	30/06/2022	30/06/2021	AH (30/06/2022)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	215.545,62	814.782,87	
INGRESSOS	147.054.481,09	134.810.447,10	9,02
Receita Patrimonial	8.780,23	8.534,00	2,89
Receita Agropecuária	15.979,99	53.816,84	-70,31
Receita Industrial	2.986,83	1.520,37	96,45
Receita de Serviços	255.080,00 0	24.757,00	930,33
Remuneração das Disponibilidades	667,19	412,59	61,71
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.000,00	1	199900
Outros Ingressos Operacionais	146.768.986,85	134.721.405,30	8,94
Ingressos Extraorçamentários	196.242,91	578.146,93	-66,06
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			-
Transferências Financeiras Recebidas	146.547.613,91	134.112.165,74	9,27
Arrecadação de Outra Unidade	25.130,03	31.092,63	-19,18
DESEMBOLSOS	-146.838.935,47	-133.995.664,23	9,58
Pessoal e Demais Despesas	-112.371.440,61	-105.553.356,64	6,46

Administração	-	-2.800,00	-
Assistência Social	-	-2.400,00	-
Previdência Social	-2.272.390,73	-2.144.475,32	5,96
Educação	-110.119.914,30	-102.860.498,16	7,06
Comércio e Serviço	-	-530.000,00	-
Desporto e Lazer	-20.219,00	-86.722,55	-76,69
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	41.083,42	73.539,39	-44,13
Transferências Concedidas	-16.305.255,89	-15.740.881,74	3,59
Intragovernamentais	-16.260.096,23	-15.740.881,74	3,3
Outras Transferências Concedidas	-45.159,66	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-18.162.238,97	-12.701.425,85	42,99
Dispêndios Extraorçamentários	-196.122,31	-565.490,82	-65,31
Transferências Financeiras Concedidas	-17.966.116,66	-12.135.935,03	48,04
Demais Pagamentos			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.386.276,78	-2.794.155,60	56,98
INGRESSOS	-	-	
DESEMBOLSOS	-4.386.276,78	-1.121.909,77	290,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.366.934,19	-2.792.155,60	56,4
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-19.342,59	-2.000,00	867,13

Fonte: SIAFI 2022

Dentro dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, os ingressos no período tiveram um acréscimo de 9,02%, em relação ao mesmo período de 2021, totalizando R\$ 147.054.481,09.

O item de maior contribuição são as Transferências Financeiras Recebidas, com R\$ 146.547.613,91, correspondendo a 99,66% do total dos ingressos.

Os desembolsos dentro dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais totalizaram R\$ 146.838.935,47, as despesas com Pessoal têm maior peso dentro desse grupo contribuindo com 76,53% do seu total.

Na equação Ingressos menos Desembolsos, o resultado dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais foi de R\$ 215.545,62.

Para os Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento, este apresentou apenas desembolsos. As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Como houveram apenas desembolsos, estes correspondem as despesas de capital e estão relacionadas as execuções de obras e aquisição de bens permanentes. Portanto, considerando os ingressos menos os desembolsos o valor dos Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento foi de R\$ 4.386.276,78 deficitário.

Do somatório dos fluxos obtemos a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (-4.170.731,16), e corresponde ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro (Tabela 32).

9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Apresenta-se a seguir outras informações relevantes, pois existe o risco de afetar o patrimônio.

- Há ausência de registro de reconhecimento em sua íntegra, de ativos e passivos contingentes em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Há ausência de registro de reconhecimento das provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis em contas de controle pela ausência de normatização de fluxos internos da instituição.
- Necessidade de reclassificação de diversos itens de bens móveis permanentes entre as contas patrimoniais para evidenciar com fidedignidade o Imobilizado.
- Ausência do registro da depreciação acumulada de bens móveis.
- Presença de saldos alongados em diversas contas.